



2990 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT 04/GT 12 - Didática e Currículo

#### O IDEÁRIO LIBERAL E SUAS REVERBERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CURRICULAR BRASILEIRO

Cleide Carvalho de Matos - UFPA - Universidade Federal do Pará  
Santana de Jesus Miranda Melo - OUTRAS  
Solange Pereira da Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

#### PENSAMENTO CURRICULAR BRASILEIRO

**RESUMO:** Este trabalho visa analisar o pensamento liberal e suas reverberações no desenvolvimento do pensamento curricular brasileiro. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Pádua (2004) permite o contato com tudo que foi escrito e teorizado sobre o objeto problematizado. Os principais teóricos foram Chaves (2007), Nascimento (1997), Dewey (2002), Gadotti (2006). Dewey foi o principal expoente do pensamento liberal no campo educacional e suas ideias ganharam terreno no Brasil na década de 1920. Nesse período há a crença de que a transformação da sociedade passa pela transformação do homem, e nesse aspecto a educação tem um papel fundamental, sendo considerada a principal alavanca para conduzir a nação à altura dos países mais "civilizados do século". O pensamento educacional brasileiro foi fortemente influenciado pelas ideias liberais, essa matriz teórica influenciou a organização escolar, o desenvolvimento do campo do currículo, produzindo um aporte teórico significativo para a história da educação brasileira, com destaque para o pensamento escolanovista que até hoje permeia o pensamento educacional.

Palavras-chave: Pensamento liberal. Escolanovismo. Currículo.

#### O IDEÁRIO LIBERAL E SUAS REVERBERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CURRICULAR BRASILEIRO

**RESUMO:** Este trabalho visa analisar o pensamento liberal e suas reverberações no desenvolvimento do pensamento curricular brasileiro. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Pádua (2004) permite o contato com tudo que foi escrito e teorizado sobre o objeto problematizado. Os principais teóricos foram Chaves (2007), Nascimento (1997), Dewey (2002), Gadotti (2006). Dewey foi o principal expoente do pensamento liberal no campo educacional e suas ideias ganharam terreno no Brasil na década de 1920. Nesse período há a crença de que a transformação da sociedade passa pela transformação do homem, e nesse aspecto a educação tem um papel fundamental, sendo considerada a principal alavanca para conduzir a nação à altura dos países mais "civilizados do século". O pensamento educacional brasileiro foi fortemente influenciado pelas ideias liberais, essa matriz teórica influenciou a organização escolar, o desenvolvimento do campo do currículo, produzindo um aporte teórico significativo para a história da educação brasileira, com destaque para o pensamento escolanovista que até hoje permeia o pensamento educacional.

Palavras-chave: Pensamento liberal. Escolanovismo. Currículo.

#### 1 Introdução

A educação brasileira é resultado de várias matrizes teóricas que historicamente se sedimentaram no pensamento educacional e nas práticas educativas. Neste trabalho iremos tratar, mais especificamente, sobre uma matriz teórica, no caso o liberalismo. O problema de pesquisa que motivou o desenvolvimento desse trabalho se assenta no seguinte questionamento: quais as reverberações do pensamento liberal no desenvolvimento do currículo no Brasil? E o objetivo que norteou o trabalho foi analisar o pensamento liberal e suas reverberações no desenvolvimento do pensamento curricular brasileiro. A metodologia utilizada para a realização desta investigação foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica [...] "utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados". Ou seja, o pesquisador realiza a sua investigação a partir das contribuições das pesquisas realizadas e registradas em livros, artigos, teses, dissertações, etc. Para Pádua (2004, p. 54), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade "[...] colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa".

Falar de Liberalismo é uma tarefa complexa, haja vista, existirem diferenças estruturais no pensamento Liberal, no entanto, apesar das distinções, os seus fundamentos se mantem, qual seja: "a liberdade do sujeito econômico individual em dispor da propriedade privada e a garantia jurídico-estatal dessa liberdade de disposição" (MARCUSE, 1997, p. 52). Para garantir essa "liberdade" cria-se a figura do Estado que passa a ser a única entidade capaz de regular a sociedade, garantir a existência e a inviolabilidade da liberdade individual.

Para Chaves (2007) a liberdade individual é o bem supremo da filosofia liberal, por conseguinte, superior a qualquer outro bem. Chaves (2007, p. 8) afirma que, [...] "a liberdade é essencial para e por nos preservar um espaço privado, inviolável, que não possa ser transgredido pelos nossos semelhantes".

No campo econômico a liberdade individual se acentua, traduzindo-se na busca da maior liberdade possível. Por isso,

O melhor Estado, assim, é o "Estado mínimo", que deixa aos indivíduos o máximo de liberdade compatível com as exigências da vida em sociedade. Esse princípio do Estado mínimo é, assim, uma decorrência do princípio da liberdade do indivíduo como bem supremo (CHAVES, 2007, p. 9).

O liberalismo econômico se caracteriza pela não intervenção do Estado na economia, por isso, [...] o governo deve se abster de toda e qualquer tentativa de atuar diretamente na economia (como Estado-empresário), ou mesmo de regular e fiscalizar a economia, ou de nela intervir de qualquer forma [...] (CHAVES, 2007, p. 9). Ou seja, o mercado de bens e serviços deve ser autorregulado, sem a interferência do Estado.

Na área social, a filosofia liberal defende

[...] a tese de que a ação deve não só ser livre à iniciativa privada de indivíduos ou pessoas jurídicas, mas ficar restrita a essa iniciativa. Assim, não cabe ao Estado planejar, operar, regular ou fiscalizar atividades relacionadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de seguridade etc. – as chamadas "políticas públicas" (CHAVES, 2007, p. 10).

Por conseguinte, o Estado não tem responsabilidades com a garantia dos serviços sociais. Nesta concepção, os serviços sociais de saúde, educação, seguridade, etc. devem ser regulados pelo mercado e o Estado só poderá intervir quando se tratar de violação de direitos ou quebra de contrato (CHAVES, 2007). No caso específico da educação, o liberalismo [...] "defende a tese de que o governo deve se abster de toda e qualquer tentativa de atuar diretamente, ministrando educação, ou de regular ou de qualquer forma intervir na educação" (CHAVES, 2007, p. 38).

No liberalismo a educação está associada ao conceito de capital humano. Segundo Schultz (1973, p. 155) "a educação é uma forma de capital humano. É humana porque se torna uma parte do homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas". Há deste modo, a vinculação da educação ao processo de crescimento econômico. Se a educação é um tipo de capital, ela passa a ser concebida como uma mercadoria, um produto de consumo. E como um produto de consumo ela está subordinada as regras do mercado, aos interesses do capital econômico.

Esse produto (educação) é ao mesmo tempo um bem durável e um bem que agrega "valor" ao sujeito que a possui. Sobre essa questão Frigotto (2010) destaca que nessa perspectiva cabe à educação desenvolver habilidades intelectuais, atitudes e conhecimentos geradores de capacidades produtivas. Assim, a educação passa a ser então, um instrumento de diferenciação de capacidade de trabalho, produtividade e renda, portanto, requer investimento individual.

A preparação para o mercado de trabalho passa a ser a finalidade precípua da educação. Por isso, o currículo ganha centralidade na política educacional como estratégia para assegurar a concretização das ideias liberais no meio educacional.

## 2 O Pensamento Liberal na Educação

A constituição do liberalismo forjou ideologicamente um indivíduo alicerçado nas ideias de liberdades individuais, liberdades comerciais, liberdades produtivas, liberdade de trabalho, liberdade de crença, etc. e legitimou, em seu nome, as reivindicações burguesas (ALVES, 2007).

Com o advento do Estado Moderno e da sociedade burguesa, novos valores culturais são gestados: a formação do homem cidadão passa a ser uma das prerrogativas de um projeto educativo administrado pelo poder político que tem a escola como instituição chave para formar o homem novo, ativo. Ao lado da escola está a família, considerada instituição educativa primária e natural, que deve agir de forma racional para a formação de um sujeito disciplinado e consciente dos próprios deveres (CAMBI, 1999).

Esse pensamento ganha evidência, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, impulsionado pelas ideias liberais, tais como: liberdade de aprender, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e a laicidade.

[...] o movimento da Educação Nova propõe o que considera ser uma verdadeira revolução no campo da pedagogia. A ideia de escola para todos era já praticamente um consenso. Sucede que a estrutura da escola, tal como ela existia, era tida por insuficiente. Tratava-se, no parecer dos renovadores, de transformar a escola, tendo em vista o êxito do ensino (BOTO, 2006, p. 600).

A Educação Nova é uma corrente pedagógica que pretende "[...] mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo" (LUZURIAGA, 2001, p. 227). Esta pedagogia foi também denominada de Escola Nova, constituindo-se, efetivamente, no final do século XIX e início do XX, em virtude das novas demandas econômicas, sociais e políticas vigentes na sociedade (CAMBI, 1999).

[...] a proposta da Escola Nova encontra-se centrada no pensamento liberal, elemento congregador das forças que, reunidas buscavam um novo modelo de escola para uma sociedade que se queria representativa e democrática. Uma escola que se caracterizasse como mantenedora dos valores humanos e, ao mesmo tempo, de agilizadora do processo de desenvolvimento. (CUNHA, 1986, p. 122).

A escola começa a ser pensada como instituição essencial para o desenvolvimento e para a formação de um novo homem, referenciada nos ideais democráticos, considerados um dos principais pilares da nova ordem social. Essa demanda do campo político irá interferir diretamente no âmbito educacional.

[...] a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas. Nutre-se de ideologia. Afirma-se cada vez mais como central na sociedade. Essa renovação foi maior no âmbito da tradição ativista, quando a escola se impôs como instituição chave da sociedade democrática e se nutriu de um forte ideal libertário, dando vida tanto a experimentações escolares e didáticas baseadas no primado do 'fazer' quanto a teorizações pedagógicas destinadas a fundar/interpretar essas práticas inovadoras partindo de filosofias ou de abordagens científicas novas em relação ao passado (CAMBI, 1999, p. 513).

Assim, a escola passou a ser concebida como instituição chave para a transformação do homem e da sociedade. Essa mudança individual e social, almejada por meio da educação, evidencia a necessidade de transformação das teorizações pedagógicas, dado a pedagogia tradicional ser considerada inadequada para a formação desse novo homem. Desta forma, realizou-se

[...] uma reviravolta radical na educação, colocando no centro a criança, as suas necessidades e as suas capacidades; o fazer que deve preceder o conhecer, o qual procede do global para o particular e, portanto, amadurece inicialmente num plano 'operatório' como sublinhou Piaget; a aprendizagem coloca no centro o ambiente e não o saber codificado e tornado sistemático (CAMBI, 1999, p. 513).

Esse novo ideal de educação foi difundido predominantemente na Europa e nos Estados Unidos, tendo como característica comum a centralidade na atividade da criança. A infância passou a ser concebida como uma fase de desenvolvimento não só motor, mas, também psíquico, necessitando, portanto, de um trabalho pedagógico que potencializasse sua livre manifestação, a qual é, por natureza, espontaneamente, ativa (CAMBI, 1999).

Na Europa, o movimento da Pedagogia Nova se desenvolve na Inglaterra, Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Suíça, Itália e Espanha (LUZURIAGA, 2001). Nos Estados Unidos, o movimento ativista ganha evidência, sobretudo, a partir das ideias de Dewey e seu ativismo pragmatista e de Kilpatrick por meio do método de projetos, o que demonstra a ampla aceitação desses dois teóricos na América e na Europa (CAMBI, 1999).

O método da Educação Nova desenvolvido nesses países apresenta, do ponto de vista histórico, algumas características que podem ser assim resumidas:

[...] os métodos que primeiro surgiram na educação nova, acentuaram o caráter individual do trabalho escolar, tal como faz o método Montessori. A essa tendência individualizadora sucedeu, mas sem abandoná-la de todo, uma nota mais coletiva no trabalho, tal como no método Decroly. Com o decorrer do tempo, esse caráter se veio acentuando até chegar nos métodos francamente coletivos, como o de projetos, de equipes, etc. Finalmente, o acento coletivizador do trabalho escolar trasladou-se para o espaço social, e deu lugar a experiências como as da autonomia dos alunos e da comunidade escolar (LUZURIAGA, 2001, p. 238)

De modo geral, as Escolas Novas pautaram-se, predominantemente, em uma ideologia democrática e progressista, “[...] inspirada em ideais de participação ativa dos cidadãos na vida social e política, de desenvolvimento no sentido libertário das próprias relações sociais [...]”. (CAMBI, 1999, p. 515).

Para o desenvolvimento dessa pedagogia, alguns temas são considerados basilares. Conforme Cambi (1999, p. 256-7), os grandes temas do ativismo centram-se:

1. no ‘puercentrismo’, isto é, no reconhecimento do papel essencial (e essencialmente ativo) da criança em todo processo educativo; 2. na valorização do ‘fazer’ no âmbito da aprendizagem infantil, que tendia, por conseguinte, a colocar no centro do trabalho escolar as atividades manuais, o jogo e o trabalho; 3. na ‘motivação’, segundo a qual toda aprendizagem real e orgânica deve estar ligada a um interesse por parte da criança e portanto movida por uma solicitação de suas necessidades emotivas, práticas e cognitivas; 4. na centralidade do ‘estudo de ambiente’, já que é justamente da realidade que a circunda que a criança recebe estímulos para aprendizagem; 5. na ‘socialização’, vista como uma necessidade primária da criança que, no processo educativo, deve ser satisfeita e incrementada; 6. no ‘antiautoritarismo’, sentido como uma renovação profunda da tradição educativa e escolar, que partia sempre da supremacia do adulto, da sua vontade e de seus ‘fins’, sobre a criança; 7. no ‘anti-intelectualismo’, que levava à desvalorização dos programas formativos exclusivamente culturais e objetivamente determinados e à consequente valorização de uma organização mais livre dos conhecimentos por parte dos docentes (CAMBI, 1999, p. 526-7).

A Educação Nova colocou em evidência a criança, seus interesses e necessidades, seu desenvolvimento psicológico, motor e intelectual. Chamou atenção para a infância como uma fase importante para o desenvolvimento de aprendizagens. Defendeu a ideia de reformar a sociedade através da educação. Por isso, renovar a escola significa renovar a sociedade.

Nesse sentido, as ideias de John Dewey ganharam centralidade. Constituído-se como aporte teórico fundamental na sistematização do pensamento liberal no campo educacional.

Representante do pragmatismo, Dewey desenvolve sua perspectiva acerca da educação a partir de uma particular interpretação das próprias ideias de cultura e de democracia. Sendo assim, trabalhar a concepção de ensino desse autor significa dialogar com uma perspectiva ampla de sociedade, o que envolve uma singular percepção de tempo e da ideia de História (BOTO, 2006, p. 600).

Dewey foi um dos mais importantes teóricos dos ideais escolanovistas. Considerava que na sala de aula faltava a vivência da organização social; tal ausência era um dos principais problemas da escola humanística. Para Dewey (2002, p. 24) “[...] a trágica debilidade da escola de hoje reside na sua ambição de preparar os futuros membros do tecido social num meio em que as condições do espírito social faltam visivelmente”.

Dewey criticou o papel dos professores, a falta de interatividade, o formalismo, a importância da memorização (ao contrário da construção do conhecimento), a competição entre os alunos e, acima de tudo, o professor autoritário. Por isso, a escola não favorecia o desenvolvimento integral do aluno, não valorizava a criatividade, não despertava o princípio da autonomia e os ideais da democracia, valores considerados fundamentais para a pedagogia ativa.

Quando o trabalho escolar consiste apenas em decorar as lições, a assistência mútua, em vez de ser a forma mais natural de cooperação e associação, torna-se um esforço clandestino para aliviar o parceiro dos deveres que lhe incumbem. Quando está em curso um trabalho activo, tudo isto muda. Ajudar os outros, em vez de ser uma forma de caridade que empobrece o destinatário, é apenas e só um auxílio para libertar as faculdades e incentivar aquele que é ajudado. Um espírito de livre comunicação, de troca de ideias, sugestões, resultados de experiências anteriores bem ou mal sucedidas; torna-se a nota dominante das aulas. A emulação, quando surge, diz respeito à comparação entre indivíduos não no tocante a quantidade de informação pessoalmente absorvida, mas com referência à qualidade do trabalho produzido – o genuíno padrão comunitário de valor. Dum modo informal, mas nem por isso menos nítido, a vida escolar organiza-se em bases sociais (DEWEY, 2002 25).

Dewey pressupõe que o espírito inovador favorece a iniciativa e a independência do indivíduo, resultando na autonomia e no autogoverno dos estudantes, virtudes consideradas indispensáveis para uma sociedade realmente democrática.

Para o autor, vida-experiência e aprendizagem estão unidas de tal forma que a função da escola é possibilitar a reconstrução permanente da vida em sociedade. A Educação é uma necessidade social, os indivíduos precisam ser educados para que se assegure a continuidade social, transmitindo suas crenças, ideias e conhecimentos.

A escola deveria favorecer a convivência harmoniosa entre os alunos por meio do desenvolvimento de atividades comuns que despertassem o espírito democrático. A democracia era a tônica do pensamento renovador de Dewey. Assim, a escola é pensada como uma comunidade em miniatura, cuja organização escolar deve estar de acordo com a organização social.

Fazer isso significa transformar cada uma das nossas escolas numa comunidade embrionária, sede de ocupações que reflatam a vida da sociedade no seu todo, impregnada do espírito da arte, da história e da ciência. Quando a escola for capaz de iniciar e exercitar cada um dos novos membros da sociedade na participação numa comunidade tão reduzida, impregnando-os dum espírito de altruísmo e favorecendo-lhes os instrumentos duma autonomia efectiva, teremos a melhor garantia de que a sociedade no seu todo é digna admirável e harmoniosa (DEWEY, 2002, p. 35).

Neste sentido, Dewey (2002) propõe uma escola cuja referência esteja na intenção de inovar a prática pedagógica, por meio de um ensino ativo, dinâmico, que possibilitasse o desenvolvimento da natureza da criança, que, *a priori*, é ativa, precisando, no entanto, de um direcionamento, de uma organização.

A instituição escolar tem assim a possibilidade de associar-se a vida, de tornar-se uma segunda morada da criança, onde ela aprende através da experiência directa, em vez de ser apenas um local onde decora lições, tendo em vista, numa perspectiva algo abstracta e remota uma hipotética vivência futura. Isto é, a escola tem a oportunidade de se converter numa comunidade em miniatura, uma sociedade embrionária (DEWEY, 2002, p. 26).

Nesta perspectiva, o currículo deve refletir os valores democráticos, por meio da organização do conhecimento, das atividades escolares e do governo estudantil. Este é, por sua vez, um dos principais instrumentos que possibilita a vivência das relações sociais estabelecidas na sociedade mais ampla.

Neste sentido, o professor tem a função de facilitador da aprendizagem do educando, respeitando seu interesse e suas motivações. Assim, o currículo é entendido como a totalidade das experiências vivenciadas pela criança sob a orientação da escola.

O foco do currículo desloca-se, desse modo, do conteúdo para a forma, para a organização, para o interesse do aluno. Para Dewey (DEWEY, 2002, p. 178), “A questão é a criança. São seus poderes que se devem afirmar, as suas capacidades actuais que se devem exercitar, as suas atitudes que se

devem realizar". Nesta perspectiva, o centro do processo ensino-aprendizagem deixa de ser o professor e passa a ser o aluno.

### 3 As ideias liberais na educação brasileira

No Brasil, as ideias liberais começaram a ganhar forma e conteúdo no campo educacional a partir dos pareceres de Rui Barbosa<sup>[1]</sup> sobre a Reforma<sup>[2]</sup> Leôncio de Carvalho ocorrida no final do século XIX. Nesses pareceres se evidencia o pensamento conservador liberal e modernizador da educação brasileira. A defesa da liberdade de aprender é unânime entre os ilustrados da época, assim como a limitação dos poderes do Estado na área da educação (NASCIMENTO, 1997).

Segundo Nascimento (1997), a proposta de educação defendida por Rui Barbosa não correspondia aos problemas reais da sociedade brasileira, a questão era muito mais teórica que prática, uma vez que

[...] a principal clientela desta educação seria a elite rural latifundiária e escravocrata que vê nos estudos apenas uma ilustração para o exercício da dominação econômica social e política. Sua proposta é basicamente modernizar esta elite com uma educação científica [...] (NASCIMENTO, 1997, p. 106).

Rui Barbosa defendia a educação superior de cultura humanística de tradição colonial e medieval, para atender aos interesses da elite brasileira. Na proposta predominava o ensino jurídico de caráter humanístico e retórico, enquanto que o primário ficou abandonado e o ensino secundário nas mãos da iniciativa privada (NASCIMENTO, 1997).

Para Nascimento (1997, p. 118) "[...] pode-se afirmar com convicção que Rui Barbosa foi, na época dos pareceres sobre o ensino, um conservador liberal modernizador, procurando implementar no Brasil do fim do século XIX a escola burguesa".

O pensamento liberal ganha proeminência no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Os principais teóricos desse período no campo educacional foram, sem dúvida, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, que por meio de suas ideias difundiram o pensamento liberal no Brasil.

Inspirados nas ideais liberais, várias reformas educacionais foram promovidas no Brasil, vale destacar as reformas de Sampaio Dória (1920), em São Paulo; de Lourenço Filho, em 1923, no Ceará; de Anísio Teixeira, em 1925, na Bahia; de Francisco Campos, em 1927, em Minas Gerais; de Fernando de Azevedo, em 1929, no Distrito Federal; de Carneiro Leão, em 1929, em Pernambuco e a de Lourenço Filho, em São Paulo, ocorrida em 1930 (GADOTTI, 2006).

Essas reformas impulsionaram debates e questionamentos da educação jesuítica, considerada de "caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos" (GADOTTI, 2006, p. 231). Os renovadores consideravam urgente a intervenção do Estado na organização do sistema escolar, destacando a importância da ênfase no método e nas ciências como elementos indispensáveis ao processo de ensinar, com uma crítica contundente ao conteúdo enciclopedista.

O movimento dos renovadores ganha corpo com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, que segundo Gadotti (2006), foi fruto do projeto liberal de educação, objetivava reconstruir a sociedade através da educação. Esse movimento se expande com a realização das Conferências Nacionais de Educação a partir de 1927 e atinge plena visibilidade com o lançamento do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" em 1932.

Esse manifesto abre espaço para a organização das associações escolares, o debate e a proposição das diretrizes e bases da educação, através de um Sistema Nacional de Educação que teve como objetivos maiores a organização e a fiscalização da educação, em âmbito nacional. Segundo Gadotti (2006), foi com o desenvolvimento das teorias da escola nova que o pensamento educacional brasileiro começa a ter autonomia.

Até o final do século XIX, nosso pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval. "Foi graças ao pensamento iluminista trazido da Europa por intelectuais e estudantes de formação laica, positivista, liberal, que a teoria da educação brasileira pôde dar alguns passos, embora tímidos" (GADOTTI, 2006, p. 230)

A Europa era o modelo de civilização almejada para o Brasil, de lá exportavam as formas de pensamento que chegavam trazidos pelos filhos dos aristocratas que lá estudavam e que ao se formar assumiam os cargos administrativos do país. Desse modo, as ideais gestadas pelo movimento da escola nova se difundiram pelo Brasil, influenciando as formas de pensamento de professores, técnicos, gestores entre outros profissionais da educação.

Ao questionar a pedagogia tradicional, os intelectuais brasileiros por meio das reformas do ensino, principalmente na Bahia (1925), em Minas Gerais (1927) e no Distrito Federal (1929) propuseram alterações na organização de currículos e programas, "[...] embora as reformas não tenham chegado a propor procedimentos detalhados de planejamento curricular, a ênfase na metodologia de ensino compensava essa falta e oferecia diretrizes para a prática curricular" (MOREIRA, 1990, p. 92). Segundo Moreira (1990), esse movimento de renovação do ensino ocorrido nos anos de 1920 e 1930 contribuiu para o desenvolvimento do campo do currículo no Brasil.

Ao questionar as metodologias de ensino da pedagogia tradicional, os reformadores propuseram novas maneiras de ensinar e aprender, novas formas de se relacionar com o conhecimento e com os alunos, a primazia do fazer sobre o conhecer, o deslocamento do conteúdo para a forma. No entanto, não alteraram a relação entre escola e sociedade. A escola continuou alheia aos problemas sociais e a atividade docente continuou inteiramente autônoma em relação à política.

### 4 Conclusão

O movimento em prol de uma educação nova se efetiva teórica e praticamente no final do século XIX principalmente nos contextos europeu e norte-americano e sua disseminação no Brasil começa com os pareceres de Rui Barbosa, sobre a reforma de ensino Leôncio de Carvalho no final do século XIX. Nesses pareceres se evidencia a defesa dos ideais liberais.

Todavia, essas ideias ganham terreno no Brasil, principalmente nos anos vinte do século XX. Nesse período, há a crença de que a transformação da sociedade passa pela transformação do homem e, nesse aspecto, a educação tem um papel fundamental, sendo considerada a principal alavanca para conduzir a nação à altura dos países mais "civilizados do século".

Porém, a pedagogia nova não contribuiu para a transformação social, nem tão pouco para a equidade educacional. O acesso a educação, condição fundamental para a formação do homem novo, continuou restrito a uma pequena parcela da população, acirrando ainda mais as desigualdades sociais.

O pensamento liberal ao problematizar as metodologias da pedagogia tradicional, propôs uma revisão não só na forma de ensinar, mas também na concepção de aprendizagem, de construção do conhecimento, de organização do currículo escolar. Desse modo, contribuiu para a organização escolar brasileira, para o desenvolvimento do pensamento curricular no Brasil, influenciou a prática pedagógica de muitos professores brasileiros e, ainda hoje, mantém relação com a atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.
- BOTO, Carlota. Um credo pedagógico na democracia escolar: algum traçado do pensamento de John Dewey. **Revista Educação**. Porto Alegre - RS, ano XXIX, n. 3 (60), p. 599-619, Set./Dez. 2006.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CHAVES, Eduardo O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.
- DEWEY, John. **A escola e a sociedade: A criança e o currículo**. Tradução de Paulo Faria, Maria João Alvares e Isabel Sá. Lisboa, Pt: Relógio D'Água, 2002.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Leônicio de Carvalho (1847-1912) e a educação imperial. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 15, p. 01-39, 2012. Disponível em: [http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/LeoncioCarvTN15\\_12.11.28.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/LeoncioCarvTN15_12.11.28.pdf) Acesso em: 20 mai 2018.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 19. ed. São Paulo: Nacional, 2001. (Atualidades pedagógicas, 59).
- MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/Unicamp, 1997 – (Coleção memória de educação).
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática**. 13ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004 (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, v. XX).
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

[1] Rui Barbosa apresentou dois pareceres sobre a Reforma Leônicio de Carvalho. O primeiro foi apresentado na sessão de 13 de abril de 1882, sobre a [...] "Reforma do ensino Secundário e Superior e outro, apresentado na sessão de 12 de setembro de 1882 sobre a Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública" (LOBO NETO, 2012, p. 1).

[2] Regulamenta a instrução primária e secundária do município da Corte, os exames preparatórios na província e os estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina e da Escola Politécnica. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>